

From: [Paulo Joarês Vieira](#)

To: membros@gamma.pgt.mpt.gov.br

Sent: Wednesday, October 11, 2006 11:13 AM

Subject: [Membros do MPT] lide simulada - 3ª Região

Solicito aos colegas da 3ª Região que, se possível, disponibilizem a sentença, o acórdão e inicial da ACP referida na notícia abaixo. Obrigado. Paulo Joarês.

Empresa de transporte é condenada a pagar indenização de R\$ 50 mil em MG

A **Viação Santa Tereza Ltda.**, empresa de transportes de passageiros que opera em Belo Horizonte, foi condenada em Ação Civil Pública (ACP) ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho ao pagamento de R\$ 50 mil por simular lides trabalhistas em que se buscava apenas a homologação da Justiça do Trabalho em acertos rescisórios. A condenação imposta pela 8ª Vara do Trabalho foi também confirmada em segunda instância pela 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

Foi a própria Justiça do Trabalho que remeteu ao MPT, em 2005, cópia de uma ata de audiência noticiando um caso no qual a empresa estaria se utilizando da Justiça do Trabalho como órgão homologador de acertos rescisórios, no intuito de obter quitação geral pelo extinto contrato de trabalho.

De acordo com o Procurador do Trabalho Genderson Silveira Lisboa, durante a investigação o MPT apurou que uma média de 50% das rescisões de contratos de empregados com mais de um ano de empresa eram realizadas perante a Justiça do Trabalho (JT), conforme análise de documentos relativos ao período de novembro de 2004 a abril de 2005.

O Procurador explica que a competência legal para homologar rescisões contratuais com mais de um ano de serviço não é da Justiça do Trabalho e sim do Sindicato ou do Ministério do Trabalho. "Com este tipo de conduta ilícita, os maus empregadores tentam obter o "carimbo "da coisa julgada nos acertos rescisórios, o que impede que o empregado venha a postular alguma verba a que tenha direito", explica Genderson Lisboa. "Além disso, estes empregadores aproveitam-se da situação dos trabalhadores (desempregados, sem receber verbas rescisórias) que, premidos pela necessidade de sustento próprio e da família, acabam aceitando nos acordos valores inferiores ao efetivamente devidos e, muitas vezes, divididos em inúmeras parcelas", acrescenta.

Na ACP, o MPT pede a condenação da empresa em obrigações de fazer e não fazer, sob pena de multas, e ainda condenação ao pagamento de R\$ 50 mil a título de indenização decorrente da lesão a interesses difusos e coletivos dos trabalhadores. A Vara do Trabalho acatou o pleito e o TRT confirmou a condenação da Viação Santa Tereza a cumprir as seguintes obrigações: submeter ao sindicato profissional ou à autoridade do Ministério do Trabalho o Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho de seus empregados com mais de um ano de serviço, para fins de homologação, bem como abster-se de utilizar a Justiça do Trabalho como órgão meramente homologador de rescisão de contrato de trabalho, através de lides simuladas.

Foram fixadas multas de R\$ 1 mil em caso de descumprimento de cada obrigação e mantida a **condenação no valor de R\$ 50 mil a ser recolhida ao Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT)**.